

## **PARECER JURÍDICO Nº 166/2023**

### **ASSUNTO: Recurso Administrativo – Licitação nº 030/2023**

**01.** Em cumprimento ao comando do §1º do artigo 57 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, procedemos à análise do processo licitatório visando à contratação de empresa para prestação de **SERVIÇOS TERCERIZADOS PARA O SETOR DE ATENDIMENTO CALL CENTER E ATENDIMENTO PESSOAL**, em conformidade com as características constantes do ANEXO I do presente Edital de Licitação, em especial quanto a decisão de classificação de proposta da Licitante Diferencial Serviços Terceirizados LTDA. – ME, objeto de Recurso Administrativo.

**02.** Consta do presente procedimento a justificativa da necessidade de contratação, por meio do Memorando Interno, expedido pela Gerente de Atendimento, datado de 25/05/2023, no qual a solicitante apresenta os motivos para a contratação do objeto.

**03.** Importa destacar que com o advento da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos da citada norma, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.

**04.** Diante do comando normativo previsto no artigo 40 da Lei nº 13.303/16, a COCEL aprovou seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos pelo Conselho de Administração, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018.

**Art. 40.** As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão publicar e manter atualizado regulamento interno de licitações e contratos, compatível com o disposto nesta Lei, especialmente quanto a:

- I - glossário de expressões técnicas;
- II - cadastro de fornecedores;
- III - minutas-padrão de editais e contratos;
- IV - procedimentos de licitação e contratação direta;
- V - tramitação de recursos;
- VI - formalização de contratos;
- VII - gestão e fiscalização de contratos;
- VIII - aplicação de penalidades;
- IX - recebimento do objeto do contrato.

**05.** Conforme restou definido pelo novo Regulamento Interno de Licitações e Contratos, considera-se como modalidade licitatória oficial desta concessionária a denominada **"LICITAÇÃO"**, conceituada no inciso XXXIII, do art. 13, responsável pela aquisição dos bens relacionados pela Divisão solicitante, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

**XXXIII** – Licitação: procedimento administrativo pelo qual a COCEL, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessadas na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais vantajosa em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e constantes do edital;

**06.** Importa destacar o recente artigo técnico da Dra. **Renila Lacerda Bragagnoli<sup>1</sup>**, mestranda em Direito Administrativo e Administração Pública pela Universidade de Buenos Aires, publicado na Revista Consultor Jurídico, 29 de março de 2022, 21h21, [www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br), onde avalia de forma objetiva a diretriz de adoção preferencial do procedimento assemelhado ao do pregão. Vejamos:

*Em outros termos, "a coexistência de dois regimes aplicados às estatais vai ao encontro do propósito do constituinte em estatuir um regime de contratações único aplicado ao universo de contratações das empresas públicas e sociedades de economia mista" (ZYMLER et al, 2018, p. 101).*

Nessa toada, conforme cautela hermenêutica, Ronny Charles (2016) defende, sobre a adoção do pregão eletrônico:

*"Assim, embora o dispositivo indique a adoção preferencial do pregão, não há outras modalidades licitatórias indicadas pela lei a serem preteridas, o que reflete um erro grosseiro no texto legal. **A interpretação adequada desta regra parece ser que, na modelagem do processo licitatório, a estatal deve utilizar, preferencialmente, procedimento assemelhado ao do pregão.**"*

De maneira objetiva, portanto, a diretriz de adoção preferencial do pregão eletrônico é um direcionamento, tendo o espírito da norma a intenção de indicar como regra geral que, para as estatais, a licitação será guiada pelos aspectos gerais do pregão: apresentação de propostas através de lances, modo de disputa aberto e inversão de fases, com a habilitação ocorrendo após o julgamento das propostas, de modo que, como confirma Zymler et al (2018, p. 102), *"no caso de aquisição de bens e serviços comuns, ressalvadas as hipóteses justificadas, não é possível usar o modo de disputa fechado e inverter as fases de julgamento e habilitação"*.

**Nesse sentido, e sob essa perspectiva de diretriz, não há imposição de utilização ortodoxa da modalidade pregão eletrônico em si, mas uma indicação de que o rito célere, ágil e em busca da eficiência que tende a ser a tônica desta**

---

<sup>1</sup> Estatais e equilíbrio entre legislações para utilização do pregão eletrônico.

**modalidade, seja aplicado pelas regulamentações das estatais, com fundamento no próprio procedimento moldável que a Lei nº 13.303/16 apresentou.** (grifo nosso)

**07.** Indicou ainda a jurisprudência do Tribunal de Contas da União que, no Acórdão 1213/21 Plenário registrou que *"observa-se que o procedimento de licitação no modo de disputa aberto guarda significativa semelhança com a sistemática do pregão, conforme se depreende da leitura dos artigos 51 a 62 da Lei 13.303/2016"*.

**08.** Analisando o processo, verifica-se que a minuta do Edital foi devidamente examinada, aprovada e chancelada pela Divisão Jurídica da COCEL, nos termos do **Parecer Jurídico nº 139/2023**, conforme documento de fls. 75/80 fundado no art. 57 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

**Art. 57.** As minutas dos instrumentos convocatórios e dos seus respectivos contratos e termos aditivos, bem como os processos administrativos de contratação direta e os termos de convênios e demais ajustes, deverão ser submetidas a parecer jurídico prévio e específico, a ser elaborado pela Assessoria Jurídica da COCEL.

**Parágrafo único.** A critério da autoridade competente, a Assessoria Jurídica da COCEL também poderá ser provocada para se manifestar a respeito de dúvida jurídica, sem prejuízo de outras, as seguintes hipóteses:

- I** - impugnação ou pedido de esclarecimento a respeito de edital de licitação;
- II** - decisões a respeito da habilitação ou inabilitação de Licitante;
- III** - decisão a respeito da classificação ou desclassificação de proposta de Licitante;
- IV** - eventos transcorridos no curso da execução contratual.

**09.** O Edital completo da presente licitação foi disponibilizado, gratuitamente, no "site" de licitações da COCEL, bem como registrado no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na data de 09/06/2023, às fls. 112, conforme determina a Instrução Normativa nº 156/2020, *in verbis*:

**Art. 1º** O Mural de Licitações Municipais constitui seção do sítio eletrônico do Tribunal de Contas, de livre acesso público, para divulgação e tempestivo conhecimento de todas as licitações previstas para serem processadas pelas administrações públicas municipais.

**Art. 2º** O Mural de Licitações Municipais será constituído por informações transmitidas pelos órgãos e entidades de Administração Pública Municipal, nos seguintes prazos:

- I** - no mínimo, até 7 (sete) dias úteis antes do início da data prevista, no edital ou outro instrumento convocatório, para a abertura do certame licitatório, de quaisquer das seguintes modalidades: convite, tomada de preços, concorrência, concurso, leilão e pregões presencial e eletrônico, inclusive quanto às licitações realizadas mediante Sistema de Registro de Preços;

**10.** O ato de designação da função de Agente de Licitação da COCEL (Portaria nº 001/2023), bem como sua respectiva publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município

de Campo Largo, encontra-se devidamente juntada ao processo de licitação, conforme documento de fls. 73/74.

**Art. 54<sup>2</sup>.** O credenciamento, a habilitação e as propostas, referentes aos processos licitatórios previstos neste Regulamento, serão processados e julgados por Comissão de Licitação composta de, no mínimo, 3 (três) integrantes, denominados Agentes de Licitação, designados dentre empregados qualificados pertencentes ao quadro permanente da COCEL, mediante Portaria expedida pela Diretoria Executiva.

**11.** O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo, na data de 07 de junho de 2023, conforme documento juntado às fls. 110.

**Art. 45.** Os atos e procedimentos decorrentes das fases enumeradas no artigo 39 praticados pela COCEL e por licitantes serão efetivados por meio presencial ou eletrônico, nos termos definidos pelo instrumento convocatório, devendo os avisos contendo os resumos dos editais das licitações e contratos abrangidos por este Regulamento serem previamente publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo e no site da COCEL.

**§1º** O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital contendo, no mínimo, o seguinte:

- I** – número da licitação;
- II** – objeto da licitação;
- III** – data, hora e local de abertura da licitação;
- IV** – telefone, e e-mail para contato e informações;
- V** – endereço eletrônico (site da COCEL);
- VI** – identificação do emitente do aviso.

**§2º** A fase externa da licitação será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação do aviso.

**12.** Verifica-se dos autos a suficiente abrangência publicitária da licitação, com ampla divulgação do certame.

**13.** Identifica-se dos autos a indicação da disponibilidade de recursos para a referida despesa, conforme item orçamentário (4531.08.064 – STAT, TELEATENDIMENTO CALLCENTER), consoante despacho do Sr. Pedro Luiz Durigan, Diretor Econômico Financeiro, em atenção ao inciso I, alínea “a” do artigo 42 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

**14.** Foram juntados orçamentos para demonstrar os valores que acompanharam a solicitação, conforme diligência da Divisão de Logística e Compras.

**15.** Ressalte-se que não competem à Divisão Jurídica providências a respeito da realização de pesquisa de mercado e estimativas da quantidade de produtos necessárias,

---

<sup>2</sup>Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

sendo que cabe à unidade solicitante realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores.

**16.** A abertura dos envelopes contendo as propostas foi realizada em Sessão Pública, por videoconferência, às **09h00 do dia 03 de julho de 2023**, na sede da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, conforme fls. 113/114 da qual se verifica a participação de 02 (dois) proponentes, a saber:

- **AUX. CONTACT CENTER LTDA., e**
- **DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - ME**

**17.** Procedeu-se a análise da documentação de habilitação da licitante e a devida consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a COCEL e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme registro anexo. Constata-se dos autos que a Agente de Licitação declarou que os documentos exigidos no Edital foram atendidos, proclamando-se o seguinte resultado:

ITEM	ORÇAMENTO COCEL	MELHOR PROPOSTA	LICITANTE VENCEDOR
01	R\$ 656.203,40	R\$ 473.573,88 (R\$ 39.464,49 – valor mensal)	DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - ME

**18.** Considerando a realização da presente Licitação com dois participantes, torna-se oportuno citar o julgado proferido pelo **Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**, através do Acórdão nº 2197/11, considerando caso análogo. Vejamos sua ementa:

**CONSULTA. LICITAÇÃO. PREGÃO. NÚMERO MÍNIMO DE LICITANTES.**

**19.** Destaca-se da análise do julgado, a regularidade procedimental do pregão, sendo desnecessário o estabelecimento de número mínimo de participantes em licitações pela modalidade ora analisada. Vejamos o valoroso Voto:

## **“2. Fundamentação**

### **2.1. Preliminares**

Preliminarmente, comportam os autos as condições necessárias a sua admissibilidade. O consulente é parte legítima para suscitar o presente expediente nesta Corte de Contas, consoante faculta o art. 39, II, da Lei Complementar nº 113/20051. Dado o prescrito no art. 71, Constituição Federal, a dúvida versa acerca da aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência deste Tribunal de Contas. No mais, o feito encontra-se devidamente instruído e quesitado.

Destarte, conheço da presente consulta.

## **2.2. É necessário estabelecer-se número mínimo de participantes em licitações na modalidade de Pregão?**

Atentando-se especificamente à literalidade do questionamento, o consultante indaga acerca da necessidade do estabelecimento de número mínimo de licitantes em pregão. Nos estritos termos da pergunta, impende concluir pela desnecessidade de fixação de número mínimo.

Ora, não é necessário, indispensável, ou forçoso o estabelecimento de tal número mínimo.

Utilizando-se da competência para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação (art. 22, XXVII), outorgada privativamente pela Constituição, a União editou a Lei nº 10520/2002, fruto da conversão em lei da Medida Provisória nº 2182-1/20018, estabeleceu nova modalidade licitatória (pregão), facultando sua utilização às administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios<sup>2</sup>.

Em que pese a Lei nº 10.520/2002 apresentar-se como uma norma um tanto sintética (são apenas 13 artigos a regular todo o procedimento), há dispositivos específicos acerca do número de licitantes, ou, pelo menos, isso pode ser abstraído da lei. Por óbvio, em momento algum, a Lei nº 10.520/02 fixa um número mínimo de licitantes a autorizar o prosseguimento do feito, mas ao regular o procedimento deixa clara a possibilidade de desenvolvimento do certame com apenas um licitante.

Na sessão pública de julgamento das propostas e de lances, ordinariamente regulada pelo art. 4º da Lei nº 10.520/02, após a abertura formal do procedimento e credenciamento dos licitantes presentes, proceder-se-á abertura dos envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Ora, protocolizada que seja apenas uma proposta, há que se atentar para o mesmo procedimento de verificação da consonância da proposta com o instrumento convocatório (inc. VII). É claro, a presença de um único licitante ao pregão inviabiliza a fase de lances (dada a impossibilidade fática do estabelecimento de disputa sem que se tenha pelo menos dois licitantes), mas não dispensa as outras etapas do procedimento. Assim, mesmo que presente um licitante, há que serem verificados os requisitos de habilitação, após deve o pregoeiro proceder à negociação direta com o proponente (inc. XVII), para, finalmente, declarar o vencedor e consequente adjudicação e homologação do procedimento (incs. XVIII, XX, XXI e XXII)

Convém não se esquecer que a eventual presença de apenas um único proponente na licitação poderia evidenciar restrições indevidas à competitividade verificadas no instrumento convocatório ou deficiências, dissonantes com a legalidade, na publicidade do certame. Em não as havendo, se legítimas as exigências constantes do edital e respeitados os prazos e os meios de publicidades, o certame pode continuar com a presença de um único licitante. Tão só para ilustrar, o próprio TCU já firmou jurisprudência no sentido de que não há impedimento à participação de um único licitante em licitações realizadas sob a modalidade pregão:

Quanto ao comparecimento de somente uma empresa ao pregão em tela, alinho-me à unidade técnica no sentido de que não há impedimento na legislação à conclusão da licitação, a menos que o edital contenha exigências restritivas ao caráter competitivo do certame, o que se verificou no caso (TCU: Acórdão 408/2008 — Plenário, *DOU* de 14/03/2008).

Considerando-se que a apresentação de somente um licitante configura indício, mas não evidência, de que a competitividade da licitação teria restado em alguma proporção prejudicada, realizou-se a ora combatida determinação. Note-se que o Tribunal não entendeu serem tais irregularidades bastantes para a anulação do contrato, nem que o comparecimento de apenas um licitante constitui qualquer tipo de óbice à contratação (TCU: Acórdão 1316/2010 — Primeira Câmara, *DOU* de 19/03/2010).

Em verdade, como a lei não fixou um número mínimo vislumbra-se como possível juridicamente que a lei municipal assim estabelecesse em homenagem ao princípio da competitividade. No entanto, como referenciado pela DCM há que se atentar pelos possíveis reflexos danosos de tal estipulação nas contratações públicas, eis que “se trata de uma decisão que possui ‘via de mão dupla’, pois ao se tentar remediar a falta de participantes

legitimando uma licitação com número reduzido de licitantes, em contrapartida está se restringindo o poder de decisão da Administração em face das circunstâncias do caso concreto" (Instrução nº 987/11, fls. 3).

Atente-se que a estrutura procedimento do pregão, na forma preconizada pela Lei nº 10.520/02, possui como uma de suas principais características a celeridade procedimental, apenas conseguida com a concentração de atos na sessão pública, com a inversão de fases do procedimento e com a unificação da fase recursal. Tal celeridade, imanente ao pregão, poderia ser sensivelmente afetada com a fixação de número mínimo de licitantes, em quaisquer parâmetros que sejam. Ademais, subsiste para a Administração a possibilidade de revogar a licitação se deparar com apenas um único licitante com proposta em valor dissonante do mercado, como faculta o art. 49 da Lei nº 8.666/93, aplicável subsidiariamente como autoriza o art. 9º da Lei nº 10.520/02. Aliás, o próprio Superior Tribunal de Justiça encampa tal procedimento:

"O Poder Público pode revogar o processo licitatório quando comprovado que os preços oferecidos eram superiores ao do mercado, em nome do interesse público" (STJ, RMS 30481/RJ, 1ªT, Min. Denise Arruda, DJe 02/12/2009).

Destarte, embora não seja necessário o estabelecimento de número mínimo de participantes em licitações na modalidade de pregão, não haveria óbice legal para tanto.

Assim, não se faz necessário o estabelecimento de número mínimo de participantes em licitações na modalidade de pregão, pois a Lei nº 10.520/02 já possui procedimento próprio ao deslinde de licitação com apenas um único licitante".

**20.** Diante do resultado da Licitação, identifica-se a apresentação de Recurso Administrativo da empresa AUX CONTACT CENTER EIRELI, pessoa jurídica de direito privada, inscrita no CNPJ nº 20.254.135/0001-90, decorrente da Sessão Pública realizada no dia 03/07/2023, registrada nos autos através da Ata de Sessão de Licitação, às fls. 113/114, requerendo ao final a inabilitação da empresa Diferencial Serviços.

**21.** Importa salientar que a empresa recorrente apresentou sua intenção recursal na Sessão Pública, apresentando posteriormente suas razões recursais.

**22.** Importa salientar que o Recurso Administrativo encontra-se regulado no Capítulo V do Regimento Interno de Licitações e Contratos, o qual prevê fase recursal única.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**Art. 219.** Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

**§1º** Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 39 deste Regulamento.

**§2º** Na hipótese de inversão de fases, o prazo referido no §1º será aberto após a habilitação e após o encerramento da fase prevista no inciso V do caput do art. 39, abrangendo o segundo prazo também atos decorrentes da fase referida no inciso IV do caput do mesmo artigo deste Regulamento.

**Art. 220.** A intimação dos atos referidos no artigo anterior será feita mediante publicação no site da COCEL, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo, bem como, realizada a comunicação direta aos licitantes, salvo se presentes os prepostos de todos os licitantes participantes do certame no ato em que foi adotada a decisão, caso em que a comunicação será lavrada em ata.



**Art. 221.** O recurso que versar sobre habilitação/inabilitação ou sobre classificação/desclassificação de propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

**Art. 222.** Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Art. 223.** É assegurado aos licitantes o direito de obter vistas dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**Art. 224.** O recurso e as contrarrazões serão dirigidos à Comissão de Licitação que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar ou não a decisão recorrida no prazo de 5 (cinco) dias úteis e, independentemente de sua decisão, fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado, cabendo à autoridade superior proferir a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

**Art. 225.** Também caberá a interposição de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da prática dos seguintes atos:

**I** - anulação ou revogação da licitação;

**II** - deferimento ou indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral;

**III** - deferimento ou indeferimento do pedido de pré-qualificação de bens ou de fornecedor;

**IV** - rescisão do contrato levada a efeito no interesse exclusivo da COCEL, e

**V** - aplicação das sanções previstas neste Regulamento pela COCEL.

**§1º** O recurso deverá ser dirigido à autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar ou não a decisão recorrida no prazo de 5 (cinco) dias úteis e, independentemente de sua decisão, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, cabendo a esta proferir a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

**§2º** As decisões dos recursos interpostos deverão ser intimadas diretamente aos licitantes por meio eletrônico, além de serem publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo -PR., bem como, realizada a comunicação no site da COCEL.

**Art. 226.** O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **23.** Em breve resumo, vejamos os principais pontos abordados pela Recorrente:

- que a Recorrente é empresa constituída e em regular funcionamento, com atuação em inúmeros estados do país, possuindo como atividade econômica preponderante a prestação de serviços de teleatendimento (telemarketing);
- que a empresa Recorrida não atendeu o rol de pressupostos descritos no item 13.1.3 do Edital, considerando ausência de comprovação de capacidade técnica;
- que a empresa Recorrida não comprova experiência na execução dos serviços com características compatíveis com o objeto da licitação, uma vez que os atestados dizem respeito a serviços de terceirização, como limpeza, recepcionista, dentre outros;
- que a empresa Recorrida não comprova capacidade financeira;
- que a proposta apresentada pela empresa Recorrida é inexequível.

**24.** Diante do comando normativo previsto no art. 222 do Regulamento Interno, foi realizada comunicação à licitante Diferencial Serviços Terceirizados Ltda. para apresentação de contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias, condição satisfeita, conforme documento anexo aos autos. Vejamos os principais pontos:



- que a Recorrida é empresa séria e, como tal, preparou sua documentação e sua proposta em estrita observância ao que foi solicitado no edital;
- que a intenção do recurso é de tumultuar e prejudicar o andamento do certame;
- que a Recorrente desconsidera os princípios basilares que regem o procedimento licitatório, ensejando um julgamento demasiadamente formalista;
- que a decisão recorrida é contrária ao interesse público, pois desproporcional e ilegal;
- que a empresa Recorrida apresentou sua documentação e proposta conforme determina o Edital de Licitação nº 030/2023;
- que os atestados apresentados contemplam o solicitado no Edital de Licitação nº 030/2023, item 13.1.3;
- que o CNPJ apresentado para habilitação demonstra que o CNAE está dentro do solicitado, conforme demonstra o IBGE;
- que a comprovação financeira da empresa foi demonstrada através dos índices contábeis e Balanço Patrimonial vigente;
- que a planilha de custo apresentada foi revisada, não existindo majoração no valor final ofertado;
- que a alíquota do ISS utilizada é a que determina o Município de Campo Largo;
- que no tocante ao tema páginas numeradas, seguiu o modelo do Anexo V, e que segundo doutrina anexa não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes, e
- ao final requereu que o recurso seja julgado totalmente improcedente, mantendo-se a habilitação.

**25.** No tocante ao objeto licitado, vejamos os comandos registrados no Edital de Licitação nº 030/2023:

- No preâmbulo verificamos:

#### **EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 030/2023**

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, por intermédio de seu **Diretor Administrativo**, Sr. **Nelson Chagas** torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º **13.303**, de 30 de junho de 2016; bem como pelas disposições dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º **123**, de 15 de dezembro de 2006 e alterações; e pelo **Regulamento Interno de Licitações e Contratos**, aprovado pelo Conselho de Administração da COCEL, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018, realizará o presente procedimento licitatório, visando à **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados de teleatendimento e atendimento presencial, através de postos de atendimento (PAs), a serem executados impreterivelmente na sede da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL**, em conformidade com as descrições e características constantes do ANEXO I do presente Edital de Licitação.

- no item 4.1 identificamos:

#### **4. DO OBJETO**

**4.1** Constitui objeto da presente licitação a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados de teleatendimento e atendimento presencial através de postos de atendimento (PAs), a serem executados impreterivelmente na sede da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL**, conforme indicado no Anexo I deste Edital.

- no item 6.1 a 6.3:

#### **6. DA PARTICIPAÇÃO**

**6.1** Somente poderão participar da presente Licitação as empresas regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

**6.2** Não poderão participar desta Licitação, as empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União, Estado, Distrito Federal, Município ou por esta concessionária, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**6.3** Poderão participar do certame, todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições acima estabelecidas, bem como aquelas previstas para o credenciamento constantes deste Edital.

- no item 13.1.3, inciso I:

##### **13.1.3** Para comprovação da **qualificação técnica**:

**I** - Pelo menos um atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, explicitando o serviço prestado, que comprove experiência da proponente na execução dos serviços com características compatíveis com o objeto desta licitação, bem como o nome, endereço, telefone e fax do atestante, **acompanhado da cópia do contrato que deu suporte à contratação**.

- Avaliando o Anexo I – Termo de Referência, identifica-se a descrição de teleatendimento e atendimento presencial, através de postos de atendimento (PAs):

#### **ANEXO I**

##### **TERMO DE REFERÊNCIA**

Constitui objeto do **Edital de Licitação n.º 030/2023** a contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços terceirizados de teleatendimento e atendimento presencial através de postos de atendimento (PAs), a serem executados impreterivelmente na sede da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL**, situada na Rua Rui Barbosa, nº 520, Centro de Campo Largo – PR, conforme abaixo:

#### **1. TELEATENDIMENTO**

Teleatendimento via Call Center com fornecimento de recursos humanos para atendimento, conforme especificado neste documento. Os serviços a serem prestados serão:

**1.1** Teleatendimento receptivo na forma de atendimento humano, compreendendo as atividades de atendimento telefônico, e-mail e chat. Executar consultas aos sistemas de gestão, o registro de

solicitações de serviço, reclamações, denúncias, atualizações cadastrais, encaminhamento adequado das demandas, a prestação de informações técnicas e/ou comerciais, esclarecimentos sobre o que será feito para a demanda solicitada, negociação de dívidas e parcelamentos.

**1.2** Teleatendimento ativo na forma de atendimento humano, para dar retornos referentes a demandas apresentadas, atualizações de cadastros, entre outros serviços administrativos.

## **2. ATENDIMENTO PRESENCIAL**

Atendimento presencial via agência comercial na sede desta companhia. Os serviços a serem prestados serão:

**2.1** Atendimento presencial aos consumidores e demandas solicitadas via e-mail. Compreende a consultas aos sistemas de gestão, o registro de solicitações de serviço, reclamações, denúncias, atualizações cadastrais, encaminhamento adequado das demandas, a prestação de informações técnicas e/ou comerciais, esclarecimentos sobre o que será realizado para atender a demanda solicitada, negociação de dívidas e parcelamentos, entre outros serviços administrativos.

**26.** Verifica-se do Edital de Licitação nº 030/2023, a suficiente e precisa definição do objeto licitado, constituindo regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, sob pena de grave prejuízo ao fim que se destina o procedimento licitatório, ou seja, a prestação de serviços terceirizados de teleatendimento e atendimento presencial através de postos de atendimentos, com execução na sede da concessionária.

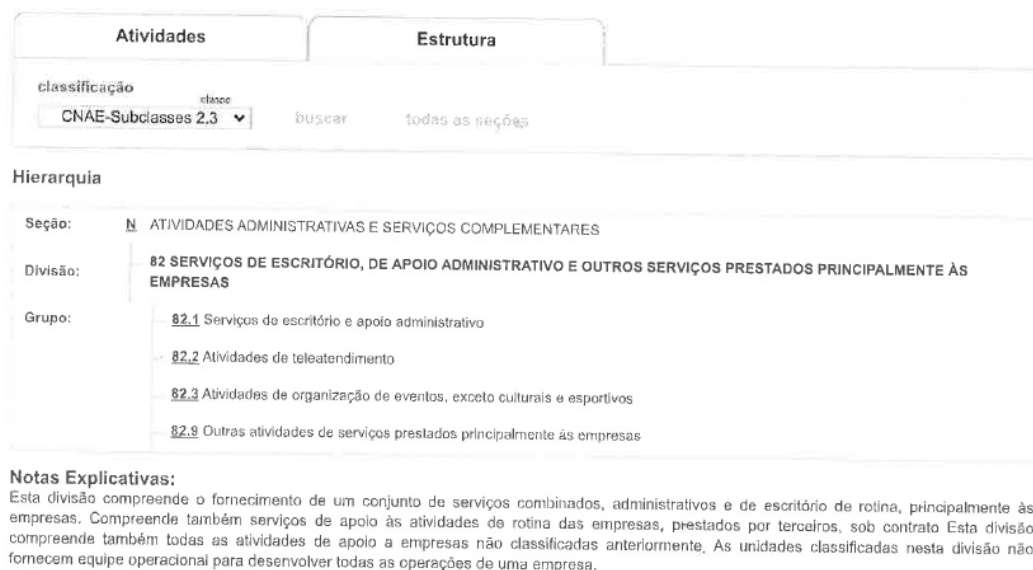
**27.** Avaliando o Termo de Referência, identifica-se o fim a que se destina a Licitação nº 030/2023, ou seja, o atendimento humano, através de mão de obra terceirizada, compreendendo as atividades de atendimento telefônico, e-mail e chat, executando consultas aos sistemas de gestão, o registro de solicitações de serviço, reclamações, denúncias, atualizações cadastrais, encaminhamento adequado das demandas, a prestação de informações técnicas e/ou comerciais, esclarecimentos sobre o que será feito para a demanda solicitada, negociação de dívidas e parcelamentos, sendo seu atendimento por meio do telefone e presencial, PRESTANDO AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO CONSUMIDOR DA COCEL.

**28.** A sede da companhia é o principal local de atendimento ao público, considerando nossos **50.000 (cinquenta mil)** consumidores de energia elétrica, sendo que deve estar preparada para o atendimento presencial, contando com Recepção e Atendimento ao cliente, tendo em vista diretrizes operacionais indicadas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o que inclui o serviço de teleatendimento.

**29.** Considerando a responsabilidade de atuação e funcionamento 24 horas por dia, na distribuição de energia ao Município de Campo Largo, torna-se imprescindível a revisão de procedimentos internos, adotando-se o modelo da terceirização, tendo em vista que não envolve a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle.

**30.** As atividades relacionadas ao objeto licitado não estão relacionadas ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção.

**31.** Outro elemento que contribuiu para a habilitação da Diferencial foi à constatação do CNAE 82.11-3-00 - "Serviços combinados de escritório e apoio administrativo", o qual avaliando as informações complementares do IBGE ressalta os grupos 82.1 (Serviços de escritório e apoio administrativo) e 82.2 (Atividades de teleatendimento). Vejamos:



The screenshot shows the IBGE CNAE classification hierarchy. At the top, there are tabs for 'Atividades' and 'Estrutura'. Below them, a search bar shows 'classificação' and 'classe' with a dropdown menu set to 'CNAE-Subclasses 2.3'. There are buttons for 'buscar' and 'todas as seções'. Below the search bar, the hierarchy is displayed under the heading 'Hierarquia'. It shows the following structure:

- Seção: **N ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES**
- Divisão: **82 SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS**
- Grupo:
  - 82.1** Serviços de escritório e apoio administrativo
  - 82.2** Atividades de teleatendimento
  - 82.3** Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos
  - 82.9** Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas

Below the hierarchy, there is a section titled 'Notas Explicativas:' which states: 'Esta divisão compreende o fornecimento de um conjunto de serviços combinados, administrativos e de escritório de rotina, principalmente às empresas. Compreende também serviços de apoio às atividades de rotina das empresas, prestados por terceiros, sob contrato. Esta divisão compreende também todas as atividades de apoio a empresas não classificadas anteriormente. As unidades classificadas nesta divisão não fornecem equipe operacional para desenvolver todas as operações de uma empresa.'

2023 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**32.** Importa salientar que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná indica que a licitação deve buscar a proposta mais vantajosa para a administração, considerando que na aplicação do princípio da legalidade, deve-se agregar à legalidade estrita noções de ponderação e juízo de valor por parte do intérprete e do aplicador do direito, para que se atinja a real finalidade de toda e qualquer atividade do Estado, que é o interesse público.

**33.** Diante da necessidade de ponderação e juízo de valor, torna-se razoável o entendimento adotado pela Agente de Licitação em aprovar os atestados apresentados para comprovação da qualificação técnica, conforme item 13.1.3, inciso I, do Edital de Licitação nº 030/2023, tendo em vista a *"execução dos serviços com características compatíveis com o objeto desta licitação"*.

**34.** Revela-se inegável o papel dos princípios na solução dos conflitos, diante do maior teor de abstração, na busca pela verdadeira harmonia do ordenamento jurídico enquanto sistema, cabendo ao administrador **INTERPRETAR, TRADUZIR, DECODIFICAR** o campo de incidência da norma jurídica em debate, considerando o suporte fático envolvido.

**35.** Importa ressaltar que a interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento, restringindo o número de proponentes e prejudicando a escolha da melhor proposta, aliado ao fim que se busca o presente processo licitatório.

**36.** No tocante a comprovação da empresa como Microempresa, verifica-se que consultando a Receita Federal, tendo em vista o Princípio da Especialidade e sua descentralização administrativa, identifica-se a manutenção da Diferencial Serviços Terceirizados Ltda. como optante pelo Simples Nacional.

7/13/23, 3:07 PM

Consulta Optantes

**»Consulta Optantes****Data da consulta:** 13/07/2023 15:05:22

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

**CNPJ: 16.898.125/0001-10**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **DIFERENCIAL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2015**Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

**37.** O legislador pátrio buscou atender a previsão da Constituição Federal, a qual assegurou o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (arts. 170, IX e 179), na tentativa de impulsionar a atuação das pequenas empresas no mercado.

**38.** No tocante a questionada alíquota de 3% de ISSQN, encontra-se regulada pelo Código Tributário do Município de Campo Largo, conforme Anexo I.

**39.** Diante do questionamento da empresa recorrente, quanto ao dever da vencedora provisória comprovar a exequibilidade da proposta, a Agente de Licitação, oportunizou o direito de contrarrazões à empresa Diferencial, visando a necessária segurança jurídica e transparência administrativa, evitando decisão injusta e ilegal.

**40.** No tocante às Planilhas de Custos, diversos Acórdãos do TCU sinalizam que erros ou omissões em seu preenchimento não devem acarretar a desclassificação do licitante. Vejamos:

“Erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são motivos para a desclassificação de licitante, quando a planilha puder ser ajustada sem majoração do preço global ofertado” (TCU. Boletim de Jurisprudência nº 261/19)

“...alerta à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), relativamente a um pregão eletrônico de 2010, quanto à impropriedade caracterizada por inabilitar empresa balizada em elaboração inadequada de planilha de custos e formação de preços, quando esta tenha condições de ser ajustada sem a majoração do preço ofertado...” (TCU. Acórdão 7.494/10 – Primeira Câmara)

**41.** No mesmo sentido dispõe o § 1º do art. 55 do nosso Regulamento Interno de Licitações e Contratos:

**Art. 55.** À Comissão de Licitações compete: (...)

§1º É facultado à Comissão de Licitação e ao Agente de Licitação, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

§2º A Comissão de Licitação e o Agente de Licitação poderão conceder aos Licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para a juntada posterior de documentos cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta.

§3º Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão de Licitação e do Agente de Licitação.

**42.** Considerando a avaliação da exequibilidade da proposta, encontra-se registrada no art. 75, § 1º e 2º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

**Art. 75.** Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

I - contenham vícios insanáveis;

II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV - após esgotada a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;

V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela COCEL;

VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

§1º A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

§2º A COCEL poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do caput.

§3º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela COCEL; ou

II - valor do orçamento estimado pela COCEL.

§4º Para os demais objetos, para efeito de avaliação da exequibilidade ou de sobrepreço, deverão ser estabelecidos critérios de aceitabilidade de preços que considerem o preço global, os quantitativos e os preços unitários, assim definidos no instrumento convocatório.

**43.** Verifica-se dos autos que a Recorrida apresentou Planilha de Custos e Formação de Preços, corrigindo impropriedades meramente formais, observando o valor global apresentado na disputa de lances.

**44.** Importa salientar que é pacífica a jurisprudência do Tribunal de Contas da União<sup>3</sup> que a planilha de custos e formação de preços possui caráter acessório, subsidiário, numa licitação em que o critério de avaliação das propostas é o de menor valor global, entendendo que pode haver a correção da planilha de custos desde que referida correção preserve o valor global da proposta. Vejamos estudo registrado no **Acórdão nº 187/2014** do Plenário do TCU:

#### **Análise**

32. Trata-se de analisar se, no âmbito da Concorrência 1/2013, ora em comento, o ato que desclassificou a representante, por ter detectado falhas em sua proposta de preços, destoou dos princípios que regem as contratações públicas.

33. Para tal, deve-se verificar se a natureza dos erros de preenchimento na planilha de preços da representante enquadram-se como meros erros materiais, como alega, ou se se travestem em erros impeditivos de oportunizar-se sua correção.

34. O erro material é tido como o erro de fácil constatação, cuja detecção dispensa análise aprofundada, havendo flagrante desacordo entre a vontade da parte e aquilo o que foi manifestado no documento. Exige a correção da proposta, uma vez que retrata a inexatidão material, ou seja, reflete uma situação ou algo que obviamente não ocorreu.

35. Conforme se verifica, as falhas em comento disseram respeito, comprovadamente, à atualidade do valor do ticket-alimentação e ao cálculo do SAT, neste caso, tendo havido erro em operação matemática. Em princípio, são erros facilmente perceptíveis de preenchimento da planilha, sendo que a correção deles não caracterizaria alteração do teor da proposta.

36. Ressalta-se que ambos os erros apontados na proposta da representante dizem respeito a obrigações da contratada em pagar os devidos encargos trabalhistas, que advém da norma legal (art. 71 da Lei 8.666/93), pouco importando para tanto o indicado na planilha de custos anexa aos editais de licitação. Além disso, um dos erros, uma vez corrigido, minoraria o valor da proposta. Quanto ao outro, a representante comprometeu-se a assumir os custos, reduzindo o percentual da margem de lucro.

37. Pelo que se verifica, a correção dos erros não macularia a essência da proposta, não se vislumbrando prejuízos ao atendimento do interesse público. Não se figura válido dizer que esse tipo de correção prejudicaria o êxito do processo licitatório ou retardamento desmedido do início da prestação dos serviços, pelo contrário, em um processo em que houve apenas duas concorrentes, faria com que se buscasse a proposta mais vantajosa, ponderados os critérios de técnica e preço, gerando economia de mais de R\$ 1,8 milhão.

38. Nesse sentido, versa o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93:

É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

---

<sup>3</sup> Decisões nº 577/2001 e nº 111/2002 e nos Acórdãos nº 1.028/2001, nº 963/2004, nº 1.791/2006, todos do Plenário do TCU.



39. Quanto ao saneamento da proposta, o edital da Concorrência 1/2013 não é omissivo, prevendo no item 14.2 (peça 3, p. 46) que:

A CPL e a Subcomissão Técnica, conforme o caso, poderão relevar aspectos puramente formais nos documentos de habilitação e nas propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da concorrência.

40. Sobre o assunto, o Voto do Acórdão 4.621/2009-2C é esclarecedor, inclusive, contendo exemplo aplicável à situação analisada, em que houve erro de preenchimento de planilha, cuja correção não acarretou aumento da proposta, uma vez que coberta por diminuição na margem de lucro da empresa.

Releva ainda saber o procedimento a ser adotado quando a Administração constata que há evidente equívoco em um ou mais dos itens indicados pelas licitantes.

Não penso que o procedimento seja simplesmente desclassificar o licitante. Penso sim que deva ser avaliado o impacto financeiro da ocorrência e verificar se a proposta, mesmo com a falha, continuaria a preencher os requisitos da legislação que rege as licitações públicas - preços exequíveis e compatíveis com os de mercado.

Exemplifico. Digamos que no quesito férias legais, em evidente desacerto com as normas trabalhistas, uma licitante aponha o percentual de zero por cento. Entretanto, avaliando-se a margem de lucro da empresa, verifica-se que poderia haver uma diminuição dessa margem para cobrir os custos de férias e ainda garantir-se a exequibilidade da proposta.

Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes.

Afirmo que a falha pode ser considerada um erro formal porque a sua ocorrência não teria trazido nenhuma consequência prática sobre o andamento da licitação. Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado. Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo férias e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais.

Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico. Rememoro ainda que a obrigação da contratada em pagar os devidos encargos trabalhistas advém da norma legal (art. 71 da Lei 8.666/93), pouco importando para tanto o indicado na planilha de custos anexa aos editais de licitação.

41. No mesmo sentido, o Acórdão 2.371/2009-P determinou a certa entidade que se abstivesse de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços como critério de desclassificação de licitantes, por contrariar o artigo 3º da Lei 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 2.104/2004, 1.791/2006 e 1.179/2008, todos Plenário, e Acórdão 4.621/2009, da 2ª Câmara).

42. No Relatório que acompanha a Decisão 577/2001-P, delineia-se a hipótese fática ora apresentada, em que, constatado o erro, a licitante propõe-se a corrigi-lo, arcando com os custos necessários para manter sua proposta global:

Evidentemente espera-se não haver diferenças entre a informação posta na planilha e aquela exigida pela lei ou pelo acordo. Mas, e se houver? Só há duas alternativas, cuja validade cabe discutir:

1ª) acata-se a proposta, mas o proponente tem que suportar o ônus do seu erro (que resulta em uma oferta menos competitiva, se o valor informado for maior que o exigido, ou em uma redução da margem de lucro inicialmente esperada, na situação inversa); ou

2ª) desclassifica-se a proposta sumariamente, o que não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, dentro dos limites de atuação estabelecidos pelo legislador.

43. Aponta-se, também, julgado convergente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. ERRO MATERIAL NA PROPOSTA. IRRELEVÂNCIA. O ERRO MATERIAL CONSTANTE DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, FACILMENTE CONSTATÁVEL, NÃO É ÓBICE À CLASSIFICAÇÃO DA MESMA.

(TJDFT 5043398 DF, Relator: ANGELO PASSARELI, Data de Julgamento: 18/11/1999, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 09/02/2000 Pág. : 17)

44. Assim, embora esteja previsto no art. 48, I, da Lei 8.666/1993, que as propostas que não atendam as especificações contidas no ato convocatório da licitação devem ser desclassificadas, fato é que o rigorismo excessivo na apreciação das propostas vem sendo mitigado, com fulcro em outros princípios, tais quais os da proporcionalidade, da razoabilidade e da supremacia do interesse público.

45. Esse último princípio não pode ser afastado, no presente caso, sob a alegação de que malferiria o princípio da isonomia entre licitantes. Isso porque não se está falando em oportunizar apresentação de proposta de preços nova, por uma licitante, negando-se esse benefício à outra, mas apenas de correção de erros materiais, que não impactam no valor global da proposta.

46. Ademais, diante de aparente conflito, não haveria que se mitigar o atendimento do melhor interesse da Administração, que, com a ampliação da competitividade, obteria proposta mais vantajosa.

47. No caso avaliado, verifica-se que a rejeição da proposta da representante torna-se mais prejudicial ao interesse público, do que a sua manutenção, inobstante os erros apontados em seu conteúdo.  
(...)

71. Ao analisar os elementos constantes do processo, juntamente com as manifestações do MEC e da única licitante classificada na concorrência (itens 18-31 desta instrução), observou-se que a desclassificação da proposta da representante, por erros preenchimento da planilha, não encontrou amparo nos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e do interesse preponderante da Administração nas contratações públicas.

72. Os equívocos citados não foram substanciais, não alteraram o teor da proposta, nem tampouco o seu valor global, motivo pelo qual, sem razão afirmar-se que sua correção representaria oportunidade de apresentação de nova proposta, ferindo o princípio da igualdade entre os licitantes (itens 32-52 desta instrução).

**45.** Conforme entendimento reiterado de nossa jurisprudência, em especial do Tribunal de Contas da União, a desclassificação da proposta de forma sumária, não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, observado os limites legais.

**46.** Avaliando as posições doutrinárias e jurisprudências sobre o tema, concluo referenciando o nobre doutrinador Marçal Justen Filho, o qual indica que *"deve-se ter em vista que a inexecuibilidade apenas deve ser pronunciada quando se evidenciar risco à efetiva viabilidade de execução do contrato."*

**47.** Diante do caráter acessório das planilhas orçamentárias, harmonizando-se os princípios do julgamento objetivo e do princípio da vinculação ao instrumento convocatório com a busca pela proposta mais vantajosa e a necessidade de utilização do formalismo moderado, entende-se possível a correção de erros formais e materiais de fácil constatação nas planilhas de custos, desde que não haja alteração do valor global da proposta e essa se mantenha exequível.

**48.** Considerando o dever da Administração Pública em avaliar e motivar as consequências práticas da decisão e não em valores jurídicos abstratos, conforme dispõe o Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, o qual define a Lei de Introdução às

Normas do Direito Brasileiro, a manutenção do resultado do julgamento da sessão revela-se ser medida adequada, necessária e proporcional, em respeito ao **Princípio da Proporcionalidade e da Razoabilidade**.

**49.** Avaliando o caso concreto, merece destaque a aplicação do Princípio da Razoabilidade, considerando de que deve haver uma adequação entre meios e fins, sendo vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior aquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, conforme preceitua o conteúdo básico previsto no mencionado art. 2º, parágrafo único, VI, IX e XIII, da Lei n.º 9.784/1999.

**Art. 2º** A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

**Parágrafo Único.** Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: (...)

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público; (...)

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados; (...)

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada a aplicação retroativa de nova interpretação." (negrito nosso)

**50.** Na mesma linha determina Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoni, citando o Professor Marçal Justen Filho, que o princípio da proporcionalidade "está relacionado com a 'ponderação de valores' e com a ideia de que 'a aplicação da regra jurídica deve ser norteada pelo resultado que se busca atingir'. Portanto, equilíbrio e finalidade legal, na concreção da norma, são critérios essenciais para a correta compreensão e aplicação do princípio em tela, o que também alcança o princípio da razoabilidade, matriz imediata da proporcionalidade."

**51.** Conforme verificamos anteriormente, revela-se inegável o papel dos princípios na solução dos conflitos, diante do maior teor de abstração, na busca pela verdadeira harmonia do ordenamento jurídico enquanto sistema.

**52.** A relevância do ato interpretativo está na sua condição de promoção da Justiça.

**53.** Afigura-se relevante esclarecer que o direito de defesa e a possibilidade do contraditório, garantias constitucionais expressas, foram assegurados aos licitantes.

**54.** Deste modo, considerando os diversos pontos anteriormente elencados, opino pela IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo apresentado pela empresa AUX CONTACT CENTER EIRELI, inscrita no CNPJ nº 20.254.135/0001-90, para manter o Resultado final da Sessão Pública de Licitação nº 030/2023, proporcionando cumprimento integral dos

itens de habilitação e demais atos editalícios, considerando o suporte fático e jurídico apresentado, em respeito aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da boa fé, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e realidade.

**55.** Em função disso, encaminho o presente Parecer Jurídico à Agente de Licitação para que se manifeste, indicando ainda que o processo licitatório deverá ser encaminhado ao Senhor Diretor Administrativo, considerando a referida competência.

Campo Largo, 13 de julho de 2023.

**Otávio Dias Pereira Junior**

**OAB/PR 28.139**